



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE JÚLIO BRIZZI

PROJETO DE LEI Nº **0161/2022**

Dispõe sobre o exercício de direitos culturais e a realização de apresentações culturais no âmbito da infraestrutura dos serviços públicos de mobilidade urbana e dos transportes coletivos no âmbito do Município de Fortaleza e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Poder Público incentivará e garantirá o exercício dos direitos culturais e a realização de apresentações culturais nos espaços da infraestrutura dos serviços públicos de mobilidade urbana do Município de Fortaleza.

Art. 2º São permitidas apresentações culturais e manifestações artísticas nos espaços da infraestrutura dos serviços públicos de mobilidade urbana, conforme a definição constante do art. 3º, § 3º, da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, bem como no interior dos transportes coletivos.

Parágrafo único. As apresentações e manifestações de que trata este artigo serão reguladas pelo Poder Público e não interferirão na função precípua dos espaços mencionados no *caput* ou no bem-estar dos usuários, vedada a cobrança de cachê e admitida a solicitação de contribuições espontâneas.

Art. 3º As apresentações e manifestações artísticas terão a duração de tempo razoável e necessária para que o artista expresse ou apresente a sua arte ao público presente.

§ 1º Configura ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a exigência, por parte de agente público, em benefício seu ou de terceiros, de comissão ou participação na arrecadação de recursos provenientes das contribuições espontâneas de que trata o parágrafo único do artigo anterior.

§ 2º Configura crime de abuso de autoridade, nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, podendo ensejar sanções de natureza cível, penal e administrativa, a exigência de retirar ou expulsar o artista durante a sua apresentação ou manifestação artística.

Art. 4º Entende-se por apresentação cultural para efeito do disposto nesta Lei:



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE JÚLIO BRIZZI

- I – apresentação musical vocal;
- II – apresentação musical instrumental;
- III – apresentação de poesia, teatro, dança e outras manifestações artísticas;
- IV – exposições de artes plásticas e visuais.

Art. 5º O disposto nesta Lei aplica-se aos serviços de transporte prestados direta ou indiretamente pela administração pública municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
____ DE _____ DE 2022.


Júlio Brizzi
Partido Democrático Trabalhista – PDT

DEPTO. LEGISLATIVO
RECEBIDO

29 MAR 2022

14:44 de Fis

Servidor



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

GABINETE JÚLIO BRIZZI

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa tem como objetivo de regulamentar as apresentações artísticas que já ocorrem nos ônibus, terminais, metrô, dentre outros equipamentos de infraestrutura de mobilidade urbana.

Nesse sentido, dispomos que o poder público incentivará e garantirá o exercício dos direitos culturais no âmbito dos serviços públicos de mobilidade urbana, estabelecendo que serão permitidas apresentações culturais e manifestações artísticas nos espaços da infraestrutura dos serviços públicos de mobilidade urbana, tais como, estacionamentos; terminais, estações e pontos para embarque e desembarque de passageiros, tais como definidos pela Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (art. 3º, § 3º).

Igualmente, dispomos que, para efeito do disposto na lei que pretendemos aprovar, entendem-se por apresentação cultural, entre outras manifestações artísticas, as apresentações musicais vocais e instrumentais, as apresentações de poesia, teatro e dança, e a exposição de artes plásticas e visuais.

Diariamente, milhões de usuários de serviços de transporte ao redor do Planeta são brindados com apresentações e performances de artistas que, a um só tempo, exercem as suas profissões, forjadas no esculpir e destilar de seus talentos, e tornam menos penosa a jornada diária de deslocamento daqueles que, cedo, partem para o trabalho, ou que, ao fim do dia, retornam para os seus lares.

No Brasil, não é diferente. Nosso país é reconhecido pela sua diversidade cultural e pela criatividade de seus artistas. Seja na música, na dança, no teatro ou nas artes visuais, as manifestações artísticas proliferam e merecem tanto reconhecimento quanto remuneração justa.

Os artistas, portanto, partem ao encontro de seu público. “Todo artista tem que ir aonde o povo está”, como já diziam Milton Nascimento e Fernando Brant. E o povo está nos transportes públicos, seja nas estações de metrô, seja no transporte coletivo ou nas estações de ônibus.

Não basta, contudo, aos artistas o estudo dedicado e solitário. É no encontro com público que a profissão se concretiza. Tanto pelo reconhecimento daqueles que têm seus sentidos e alma tocados pela arte, essa que possui a virtude única de dar sentido à vida, tão necessária hoje e sempre, quanto pelas contribuições voluntárias que constituem parte importante de sua renda.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE JÚLIO BRIZZI

A realização de apresentações culturais descritas nesta proposição já ocorre diariamente em inúmeros ônibus, terminais e demais equipamentos públicos espalhados em Fortaleza. Nossa intenção é proteger e incentivar a prática, garantindo aos artistas profissionais o direito ao trabalho.

Reconhecemos, para tanto, que as apresentações devem ocorrer de maneira organizada, para que não haja prejuízo ao bem-estar dos usuários e tampouco à qualidade dos serviços de transporte. Também deixamos clara a vedação à cobrança de cachê, permitindo apenas a solicitação de contribuições voluntárias dos usuários. A propósito, cabe recordar que o art. 215 da Constituição Federal (CF) estabelece que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, inclusive mediante a integração das ações do poder público conducentes à democratização do acesso aos bens de cultura.

Ademais, o art. 23, V, da CF estatui a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para proporcionar os meios de acesso à cultura, entre outros bens.

Ante ao exposto, por ser matéria de relevante interesse público, rogo aos meus Nobres Pares a sua aprovação.

Júlio Brizzi

Partido Democrático Trabalhista – PDT